



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

Concurso Público para Provimento de Cargos de **Assessor Jurídico**

P R O V A

Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 9 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

(...) Mas mesmo o Renascimento, com sua afirmação autoral, é marcado pelo desejo de entender a ordem divina.

*Trata-se, portanto, antes e depois de tudo, de um respeito que sinto por essa tradição. E de uma aceitação tranqüila da crença dos que necessitam da idéia de Deus – como disse no **New York Review of Books** o extraordinário físico e ensaísta Freeman Dyson: "Para mim, adorar a Deus significa reconhecer que a mente e a inteligência são costuradas no tecido do nosso universo de uma forma que ultrapassa nossa compreensão." Dyson é um dos maiores defensores mundiais da ciência, mas sabe que a maioria das pessoas a teme, pois a vê, sobretudo desde a bomba atômica, como inimiga do humanismo – humanismo que é um conceito que deriva diretamente dos evangelhos cristãos.*

*Mas a religião pode ser um campo de discórdia, de fomento ao anti-humanismo, tão nocivo quanto ou mais nocivo ainda. Vide Oriente Médio. E a ciência, bem entendida, pode não só colaborar com o desenvolvimento humano dos países, mas também ser um ensinamento da dúvida e da tolerância, os dois valores fundamentais do humanismo. Numa recém-lançada coletânea de artigos publicados no mesmo **New York Review of Books**, o genial físico Steven Weinberg chama a ciência de "arte liberal" e diz mais ou menos o que o biólogo Richard Dawkins diz: que o universo tem um "design", mas não um "designer". Ser religioso é acreditar na existência de um ente superior, de vontade própria. Ser a favor da ciência não significa reconhecer que existem coisas acima do sujeito, mas exatamente o contrário – e pode chamá-las de Natureza.*

Os valores morais que as religiões cultivaram ao longo dos séculos – como a solidariedade e a simplicidade –, assim como a admiração por seus produtos estéticos, não são incompatíveis com o desconfiar de seus dogmas. Mas desconfiar de dogmas, inclusive os que vêm da ciência, é uma lição que a ciência também dá.

(Adaptado de Daniel Piza. **O Estado de S. Paulo**. 7 abril 2002)

1. Considere as afirmativas que seguem, relativas ao texto.

- I. Tanto religiosos quanto cientistas podem igualar-se na dúvida, que sempre é uma lição de como viver em harmonia.
- II. Cientistas não costumam aceitar a idéia de religião, pois ela diverge de seus pressupostos básicos.
- III. Ciência e religião imbricam-se em seus valores e conseqüências, que podem ser tanto bons quanto maus.

De acordo com o texto, é correto o que se afirma **SOMENTE** em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

2. ... pois a vê, sobretudo desde a bomba atômica, como inimiga do humanismo. (2º parágrafo)

O comentário grifado na frase acima justifica-se pelo fato de que

- (A) o desenvolvimento científico teve início com a descoberta do átomo e a explosão da bomba, no século passado.
- (B) a explosão da bomba atômica separou Ocidente e Oriente de forma radical, assim como se separam ciência e religião.
- (C) pode haver erros em projetos de base científica, como o da bomba atômica, com seu imenso poder de destruição.
- (D) a ciência chegou ao seu limite máximo com a construção da bomba atômica e seus efeitos danosos.
- (E) um avanço científico pode vir a tornar-se instrumento de destruição da humanidade, em vez de trazer-lhe benefícios.

3. Vide Oriente Médio. (3º parágrafo)

A frase acima, considerando-se o contexto,

- (A) é o argumento utilizado pelo autor para comprovar a tese proposta.
- (B) marca o início da conclusão a que o autor quer chegar, em defesa da religião.
- (C) constitui um exemplo de como a religião pode impedir o desenvolvimento científico.
- (D) aponta para uma opinião isolada dentro do contexto, interrompendo o fluxo das idéias.
- (E) localiza um fato que se opõe, pela concisão, ao desenvolvimento da tese proposta.

<p>4. <i>E a ciência, bem entendida, <u>pode não só colaborar</u> com o desenvolvimento humano dos países, <u>mas também ser um ensinamento da dúvida e da tolerância</u>.</i></p> <p>Os segmentos grifados mantêm o mesmo sentido em</p> <p>(A) não pode colaborar - nem ser ensinamento.</p> <p>(B) pode não colaborar - mas ser ensinamento.</p> <p>(C) só não pode colaborar - e ser ensinamento.</p> <p>(D) tanto pode colaborar - quanto ser ensinamento.</p> <p>(E) enquanto colaborar - pode ser ensinamento.</p>	<p>7. A concordância está de acordo com a norma padrão, na frase:</p> <p>(A) Tratam-se de opiniões diversas sobre um e outro campo, que marcaram o desenvolvimento da humanidade.</p> <p>(B) São aspectos – seja da ciência, seja da religião – que ultrapassa nossa possibilidade de compreensão do universo.</p> <p>(C) Há conceitos, derivados diretamente do Evangelho, que podem ser interpretados de maneira que os torne extremamente nocivos.</p> <p>(D) Sabe-se que as pessoas temem as descobertas científicas, pois as vê como prejudiciais, muitas vezes, à humanidade.</p> <p>(E) Mesmo os postulados da ciência podem trazer, embutido neles, ensinamentos muito próximos da dúvida e da tolerância.</p>
<p>5. – <i>como a solidariedade e a simplicidade</i> – (último parágrafo)</p> <p>Foram usados travessões para</p> <p>(A) interromper intencionalmente o pensamento.</p> <p>(B) incluir um segmento explicativo.</p> <p>(C) concluir, com uma hesitação, uma idéia secundária.</p> <p>(D) preencher uma lacuna dentro do período.</p> <p>(E) enunciar um fato com entoação exclamativa.</p>	<p>8. Está correta a flexão do verbo grifado na frase:</p> <p>(A) Alguns cientistas até <u>crêem</u> que existe no universo uma ordem que ultrapassa a compreensão dos homens.</p> <p>(B) Muitas vezes, no decorrer da história, o progresso científico <u>deteu-se</u> em nome dos dogmas religiosos.</p> <p>(C) Em todos os tempos <u>adviram</u> situações de conflito, devido tanto a posturas religiosas quanto a descobertas científicas.</p> <p>(D) Até hoje, representantes das altas esferas religiosas <u>vêm</u> o desenvolvimento científico como um inimigo da fé popular.</p> <p>(E) Descobertas científicas, em todo tempo, <u>anteporam-se</u> à aceitação de dogmas, questionando-os.</p>
<p>6. Está correto o segmento grifado na frase:</p> <p>(A) Alguns cientistas pensam <u>de que</u> é possível conciliar informações trazidas pela ciência e a crença em Deus.</p> <p>(B) A maioria das pessoas acredita <u>com que</u> se deve temer o uso das descobertas científicas contra a humanidade.</p> <p>(C) Supõe-se <u>em que</u> o universo seja o resultado da vontade soberana de um ente superior, acima da humanidade.</p> <p>(D) Os pesquisadores, <u>cujo</u> o conhecimento científico deve ser notável, costumam ignorar a idéia de uma força sobrenatural no universo.</p> <p>(E) A religião, <u>de cuja</u> importância os cientistas costumam duvidar, pode ser usada por extremistas para desencadear o mal.</p>	<p>9. Muitas pessoas costumam permanecer espera de soluções apontadas quer pela religião, quer pela ciência, mesmo que caiba elas duvidar de postulados que todos são submetidos.</p> <p>As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas por</p> <p>(A) à - à - a</p> <p>(B) à - a - a</p> <p>(C) à - à - à</p> <p>(D) a - a - à</p> <p>(E) a - a - a</p>

Atenção: As questões de números 10 a 18 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A miséria tem um componente inercial. O problema não foi criado por este ou aquele governo, mas ao longo da história do País, e se avoluma ano a ano. Entre as famílias mais pobres, registra-se hoje uma taxa de natalidade de cinco filhos, maior que a média entre as faixas mais altas da pirâmide social. Perpetua-se assim a pobreza, que cresce num ritmo maior que a capacidade de geração de riqueza e empregos da economia.

O primeiro contingente de miseráveis surgidos no país foram os escravos. Mesmo depois da Abolição, eles continuaram vivendo numa situação de pobreza extrema. Essa herança reflete-se até hoje em estatísticas como as taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil, proporcionalmente maiores na população negra. Nos anos 30, o País começou a dar seus primeiros passos para se tornar mais urbano e industrial. O então presidente Getúlio Vargas promoveu mudanças significativas nas relações trabalhistas, o que certamente beneficiou muita gente, mas foi um desenvolvimento seletivo. Quem tinha emprego e estava nas cidades passou a ter a profissão regulamentada e a ganhar 13º salário, entre outros benefícios. Melhorou de vida. Os que na época estavam fora do mercado de trabalho continuaram na pobreza.

A partir dos anos 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil entrou num processo de industrialização convulsiva, simbolizado pelo slogan "Cinquenta anos em cinco". Financiadas pelo Estado, surgiram a malha rodoviária, a indústria automobilística, diversas universidades e as grandes usinas de energia. De 48º PIB mundial na década de 60, o País saltou para a 8ª posição, vinte anos depois. O progresso trouxe alguns efeitos colaterais: aumentou as diferenças regionais entre o Sudeste, onde se concentraram os investimentos da indústria, e o Nordeste, que permaneceu atrelado a uma economia rural atrasada sujeita a intempéries como a seca. As faixas mais altas da pirâmide social foram as mais beneficiadas por esse processo de desenvolvimento, que teve seu auge na década de 70. Sua renda cresceu num ritmo mais acentuado que o das camadas pobres. Foi sempre assim. Com uma singela exceção: o período inicial do Plano Real, quando milhões de pobres se beneficiaram do fim do imposto inflacionário e passaram a ter renda mínima para a sobrevivência.

(Veja, janeiro/2002, p. 92-93)

10. Foi sempre assim.

Considerando-se o contexto, é correto afirmar que a frase acima

- (A) analisa os fatos a que o autor se refere no parágrafo anterior.
- (B) introduz uma ressalva ao conjunto de situações abordadas.
- (C) indica a causa que desencadeou os fatos anteriores.
- (D) conclui a argumentação que vem sendo desenvolvida no texto.
- (E) estabelece a condição necessária para uma solução dos problemas apontados.

11. É correto afirmar que, de acordo com o texto,

- (A) as taxas de natalidade, maiores que as de mortalidade infantil, são índices que confirmam a melhoria das condições de vida da população brasileira.
- (B) a indústria brasileira, especialmente a automobilística, trouxe bem-estar para toda a população do norte ao sul do País.
- (C) convém que o Estado evite a ingerência dos órgãos oficiais na economia do País, a qual deve basear-se na propriedade e nas atividades particulares.
- (D) a faixa mais alta da pirâmide social mantém-se em posição de destaque em razão da média mais elevada de natalidade.
- (E) a população negra ainda permanece refém de problemas não solucionados, que se originaram na época da escravidão.

12. O componente inercial da pobreza (1ª linha) a que se refere o texto diz respeito

- (A) ao índice de natalidade, que é maior nas camadas sociais mais baixas da população.
- (B) à ausência de controle da produção industrial, principalmente na região sudeste.
- (C) ao desinteresse político dos governantes em controlar as taxas de natalidade.
- (D) ao atraso da economia brasileira, que ainda se fundamenta na atividade rural.
- (E) aos problemas derivados do clima, especialmente às secas da região nordeste.

13. Sua renda cresceu num ritmo mais acentuado que o das camadas pobres.

O pronome grifado na frase acima substitui, no texto,

- (A) seu auge.
- (B) o ritmo.
- (C) o progresso.
- (D) o período inicial.
- (E) um processo de desenvolvimento.

14. Que tinha emprego...

O mesmo tempo e o mesmo modo da forma verbal grifada acima repetem-se na frase:

- (A) e se avoluma ano a ano.
- (B) mas foi um desenvolvimento seletivo.
- (C) os que estavam fora do mercado de trabalho...
- (D) o País saltou para a 8ª posição.
- (E) onde se concentraram os investimentos da indústria.

<p>15. ... <u>que teve seu auge na década de 70.</u> (último parágrafo) O emprego da forma verbal grifada na frase acima indica</p> <p>(A) uma ação terminada num tempo passado.</p> <p>(B) uma hipótese a concretizar-se no futuro.</p> <p>(C) a continuidade da ação até o momento presente.</p> <p>(D) a repetição, no presente, de uma ação passada.</p> <p>(E) uma ação realizada dentro de limites de tempo imprecisos.</p>	<p>19. Encontram-se palavras escritas com desrespeito à norma culta da língua na frase:</p> <p>(A) Há, no país, bolsões de pobreza, em que inexistem recursos mínimos indispensáveis para a sobrevivência da população.</p> <p>(B) A escassês de chuvas – um fato que caracteriza a região Nordeste – desencadeia sérios problemas socioeconômicos de difícil solução.</p> <p>(C) O grande número de miseráveis – que vivem abaixo da linha de pobreza – não tem acesso a, no mínimo, uma refeição nutritiva básica diária.</p> <p>(D) Uma grande porcentagem indica o número de brasileiros que, apesar da origem humilde, conseguiram prestígio profissional e ascensão social.</p> <p>(E) O Brasil é um país rico, o que torna inexplicável a pobreza extrema de 23 milhões de brasileiros, problema até agora mal resolvido.</p>
<p>16. A concordância deixa de seguir a norma padrão, na frase:</p> <p>(A) Registram-se, hoje, nas famílias mais pobres, taxas de natalidade maiores que a média brasileira.</p> <p>(B) O número de pobres cresce mais do que as possibilidades de geração de riqueza.</p> <p>(C) As condições de pobreza são perpetuadas, num ciclo vicioso, pois não existem postos de trabalho suficientes.</p> <p>(D) Muitos empregados foram beneficiados com as mudanças nas relações trabalhistas, melhorando as condições de vida.</p> <p>(E) Com isso, cresceu as diferenças regionais entre o Sudeste e o Nordeste, região sujeita a um clima inóspito.</p>	<p>20. Está correta a pontuação no período:</p> <p>(A) Como consequência do emprego inadequado de recursos, o Brasil aparece todos os anos nas listagens internacionais como um dos países com maior concentração de renda do planeta.</p> <p>(B) Como consequência do emprego inadequado de recursos, o Brasil aparece todos os anos nas listagens internacionais como um dos países, com maior concentração, de renda do planeta.</p> <p>(C) Como consequência do emprego inadequado de recursos o Brasil, aparece todos os anos nas listagens internacionais, como um dos países com maior concentração de renda do planeta.</p> <p>(D) Como consequência do emprego, inadequado de recursos, o Brasil aparece todos os anos nas listagens, internacionais como um dos países com maior concentração de renda do planeta.</p> <p>(E) Como consequência do emprego inadequado de recursos o Brasil aparece todos os anos, nas listagens internacionais como, um dos países com maior concentração de renda do planeta.</p>
<p>17. <i>O problema não foi criado por este ou aquele governo.</i> Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, a forma verbal passa a ser</p> <p>(A) criara.</p> <p>(B) criou.</p> <p>(C) criaram-se.</p> <p>(D) tinha criado.</p> <p>(E) era criado.</p>	
<p>18. <i>Quem tinha emprego passou a ter a profissão regulamentada. Melhorou de vida.</i> <i>Continuaram na pobreza os que estavam fora do mercado de trabalho.</i> As três afirmativas encontram-se unidas num só período, com correção e clareza, mantendo o sentido original do texto, em:</p> <p>(A) Enquanto melhorou de vida, quem tinha emprego passou a ter a profissão regulamentada e, em compensação, continuou na pobreza os que estavam fora do mercado de trabalho.</p> <p>(B) Os que tinham emprego, houve melhora de vida, que passou a ter profissão regulamentada, e continuou na pobreza os que estavam fora do mercado de trabalho.</p> <p>(C) Porque melhorou de vida, quem tinha emprego e passou a ter a profissão regulamentada, continuaram a pobreza, visto que estavam fora do mercado de trabalho.</p> <p>(D) Quem tinha emprego, passou a ter profissão regulamentada e melhorou de vida, embora tenham continuado na pobreza os que estavam fora do mercado de trabalho.</p> <p>(E) Em que pese o emprego, melhorou de vida com a profissão regulamentada, o que, em oposição, continuaram na pobreza os que estavam fora do mercado de trabalho.</p>	

<p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>21. A obrigatória aprovação, por referendo popular, de uma Constituição elaborada por uma assembléia constituinte, caracteriza o procedimento constituinte chamado de</p> <p>(A) essencialmente direto. (B) indireto. (C) necessariamente federal. (D) misto. (E) essencialmente representativo.</p>	<p>26. A Constituição brasileira assegura a todos o acesso à informação, mas resguarda o sigilo da fonte</p> <p>(A) exclusivamente aos parlamentares. (B) a todos, em qualquer caso ou processo, como proteção ao princípio da intimidade. (C) aos parlamentares e aos servidores públicos em geral. (D) exclusivamente nos processos de natureza penal. (E) quando necessário ao exercício profissional.</p>
<p>22. Segundo a concepção positivista, o poder constituinte originário é um poder</p> <p>(A) precedente à Constituição e limitado juridicamente. (B) de fato e limitado juridicamente. (C) de direito, ilimitado jurídica e sociologicamente. (D) supraconstitucional e limitado unicamente pelo direito natural. (E) de fato ou de direito, dependendo da maneira como se manifesta e limitado apenas pela norma fundamental hipotética.</p>	<p>27. Segundo a Constituição brasileira, a pequena propriedade rural, assim definida por lei, desde trabalhada pela família,</p> <p>(A) é insuscetível de penhora, em qualquer caso. (B) poderá ser objeto de penhora em todas as hipóteses em que pode ocorrer a aplicação do instituto. (C) não será objeto de penhora, no caso de pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. (D) só é suscetível de penhora nas hipóteses em que se resguarda o bem de família. (E) só é suscetível de penhora para pagamento de pensão alimentícia.</p>
<p>23. Uma Constituição em que predominam, como seus elementos constitutivos, o princípio da subsidiariedade, o princípio do Estado mínimo e o princípio da não-intervenção ou da neutralidade, caracteriza, segundo a doutrina, a Constituição do Estado</p> <p>(A) socialista. (B) social. (C) liberal. (D) federal. (E) unitário.</p>	<p>28. A Constituição brasileira</p> <p>(A) veda, em qualquer caso, a perda ou suspensão de direitos políticos. (B) admite a cassação de direitos políticos no caso de condenação criminal transitada em julgado. (C) sempre admite a cassação de direitos políticos nos casos de apenação por improbidade administrativa. (D) admite a perda ou suspensão de direitos políticos para o objeto de consciência, somente se este se recusar a cumprir tanto obrigação geral, quanto prestação alternativa imposta por lei. (E) só admite a cassação de direitos fundamentais no caso de cancelamento da naturalização, desde que por sentença judicial transitada em julgado.</p>
<p>24. O princípio da separação de Poderes assegurado pela Constituição brasileira tem como cláusula parâmetro a independência entre os Poderes, que significa, inclusive na sua interpretação e aplicação, que</p> <p>(A) os órgãos do governo atuam de modo inteiramente discricionário. (B) todos os membros do Poder Judiciário são nomeados pelo próprio Poder, em razão de sua autonomia administrativa. (C) os Poderes não sofrem qualquer tipo de controle uns pelo outros. (D) a permanência nos órgãos de um dos Poderes políticos não depende da confiança nem da vontade dos outros. (E) um Poder não pode atuar sem a concordância, autorização ou colaboração do outro.</p>	<p>29. Para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes estaduais, a intervenção da União no Estado</p> <p>(A) depende, sempre, de requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, por força da autonomia constitucional do Estado. (B) depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República. (C) depende de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República. (D) é ato discricionário do Presidente da República e independe de solicitação dos poderes estaduais. (E) depende de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.</p>
<p>25. Os direitos sociais (ou de 2ª geração), assegurados pela Constituição brasileira, podem ser corretamente qualificados de direitos fundamentais</p> <p>(A) negativos, do cidadão perante o Estado. (B) de natureza positiva, porquanto exigem prestações positivas do Estado. (C) de participação, porquanto permitem a participação do cidadão no exercício do poder estatal. (D) positivos, de natureza exclusivamente econômica. (E) negativos, de natureza econômica, social e cultural.</p>	

<p>30. Consoante disposição expressa da Constituição Federal, em matéria de competência legislativa, o Distrito Federal tem competência</p> <p>(A) privativa, para legislar sobre saúde e assistência pública.</p> <p>(B) privativa, para legislar sobre produção e consumo.</p> <p>(C) delegada, para legislar sobre registros públicos.</p> <p>(D) concorrente, para legislar sobre orçamento e custas dos serviços forenses.</p> <p>(E) concorrente, para legislar sobre assuntos de interesse local.</p>	<p>35. Dentre as formas de participação popular no exercício do controle das funções da Administração, a Constituição do Estado do Piauí prevê</p> <p>(A) a iniciativa popular das leis.</p> <p>(B) o referendo constitucional.</p> <p>(C) a legitimação do cidadão para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas.</p> <p>(D) a legitimação do cidadão para propor ação direta de controle de constitucionalidade de leis populares.</p> <p>(E) a legitimação de qualquer partido político para propor a ação direta de inconstitucionalidade por omissão do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.</p>
<p>31. A composição numérica do Poder Legislativo estadual</p> <p>(A) é matéria da competência exclusiva do Poder Constituinte Estadual e fixada na Constituição do Estado.</p> <p>(B) depende de lei complementar federal.</p> <p>(C) é determinada por norma da Constituição brasileira, insuscetível de alteração pelo Poder Constituinte estadual.</p> <p>(D) depende de resolução do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) não é matéria constitucional.</p>	<p>36. O voto, nas deliberações da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí,</p> <p>(A) será sempre secreto, a fim de resguardar a independência dos parlamentares.</p> <p>(B) será necessariamente proferido em escrutínio secreto, no caso de veto.</p> <p>(C) nunca poderá ser secreto, tendo-se em vista, o princípio democrático de transparência que deve nortear a atuação parlamentar.</p> <p>(D) poderá ser secreto, nominal ou aberto, conforme determinar, discricionariamente, o Presidente da Assembléia Legislativa.</p> <p>(E) será direto e secreto apenas nos casos definidos pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa.</p>
<p>32. Se um membro do Tribunal de Contas do Estado praticar um ato de improbidade administrativa, tipificado como crime de responsabilidade, será ele julgado perante</p> <p>(A) o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) o Senado Federal.</p> <p>(C) a Assembléia Legislativa do Estado.</p> <p>(D) o Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) o Tribunal de Justiça do Estado.</p>	<p>37. No Estado do Piauí, a faculdade de o Governador do Estado expedir medida provisória constitui</p> <p>(A) exercício do poder regulamentar, inerente ao Poder Executivo.</p> <p>(B) delegação legislativa.</p> <p>(C) violação do princípio constitucional da inacumulabilidade de funções, inerente ao princípio da separação de poderes.</p> <p>(D) exercício da função legislativa, decorrente de competência constitucional própria e expressa.</p> <p>(E) exceção ao princípio da harmonia entre os poderes.</p>
<p>33. Dentre os princípios constitucionais estaduais expressos, a serem observados pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí no exercício do controle externo destacam-se os da</p> <p>(A) legalidade, legitimidade e economicidade.</p> <p>(B) isonomia, responsabilidade objetiva do Estado e motivação.</p> <p>(C) legalidade, razoabilidade e prevalência do interesse público.</p> <p>(D) legalidade, equilíbrio financeiro do contrato e publicidade.</p> <p>(E) motivação, legitimidade e igualdade.</p>	<p>38. A Constituição do Estado do Piauí adota, entre as espécies normativas relacionadas no processo legislativo, a medida provisória. Na redação original do texto constitucional estadual, a medida provisória no âmbito estadual diferia da medida provisória disciplinada originalmente no âmbito federal quanto</p> <p>(A) aos pressupostos.</p> <p>(B) aos prazos.</p> <p>(C) à matéria vedada a essa espécie normativa.</p> <p>(D) aos efeitos.</p> <p>(E) à natureza.</p>
<p>34. Ante a Constituição do Estado do Piauí, é competência do Tribunal de Contas do Estado, no caso de ilegalidade de despesas ou de irregularidades na prestação de contas,</p> <p>(A) propor à Assembléia Legislativa a aplicação das sanções legais cabíveis.</p> <p>(B) aplicar sanções independentemente de previsão legal.</p> <p>(C) aplicar sanções previstas em lei, salvo no caso de multa, cuja aplicação independe de previsão legal.</p> <p>(D) propor ao Governador do Estado a aplicação das sanções legais cabíveis.</p> <p>(E) aplicar as sanções previstas em lei, inclusive multa proporcional ao valor do dano causado.</p>	

<p>39. Conforme a doutrina e ante o disposto na Constituição do Estado do Piauí, é possível afirmar que</p> <p>(A) a Constituição estadual não estabelece diferença hierárquica ou material entre lei complementar e lei ordinária.</p> <p>(B) é lei complementar toda lei aprovada por quorum de maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia Legislativa.</p> <p>(C) é lei complementar toda lei aprovada por quorum qualificado de dois terços dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.</p> <p>(D) qualquer matéria pode ser veiculada por lei complementar desde que aprovada pela maioria dos votos dos deputados estaduais.</p> <p>(E) a lei complementar tem matéria reservada e quorum de aprovação qualificado.</p>	<p>42. O desvio de poder, em matéria de atos administrativos, configura vício relativo ao elemento</p> <p>(A) agente.</p> <p>(B) forma.</p> <p>(C) objeto.</p> <p>(D) motivo.</p> <p>(E) finalidade.</p>
<p>40. Segundo estabelece a Constituição do Estado do Piauí, o Ministério Público Estadual junto ao Tribunal de Contas do Estado</p> <p>(A) integra o Ministério Público Estadual, sendo submetido aos mesmos princípios institucionais que o disciplina.</p> <p>(B) é órgão autônomo em relação ao Ministério Público Estadual e integrado por membros que gozam dos mesmos direitos e vantagens e se submetem às mesmas vedações dos Procuradores de Justiça do Ministério Público Estadual.</p> <p>(C) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e tem como atribuição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, do patrimônio público e do interesse público em geral.</p> <p>(D) tem regime funcional próprio, não se lhe aplicando, por expressa determinação constitucional, as normas relativas aos direitos e deveres do Ministério Público Estadual.</p> <p>(E) é integrado por Procuradores que gozam das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, nos termos em que as estabelecer a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado.</p>	<p>43. Suponha que uma autoridade administrativa resolva exonerar um servidor ocupante de cargo em comissão. No ato de exoneração, a autoridade, mesmo que não fosse obrigada a tanto, indica como motivo de sua decisão a prática de atos de improbidade pelo servidor. Caso tal motivo não corresponda à realidade, o ato de exoneração deverá ser</p> <p>(A) invalidado, mesmo que a autoridade possa voltar a praticá-lo independentemente do motivo apontado.</p> <p>(B) mantido, sendo considerado lícito, já que um servidor ocupante de cargo em comissão pode ser exonerado livremente pela autoridade competente.</p> <p>(C) invalidado, mantidos todavia seus efeitos, os quais poderiam ter sido produzidos independentemente do motivo apontado.</p> <p>(D) mantido, respondendo porém a autoridade que o praticou por ilícito administrativo.</p> <p>(E) mantido, respondendo porém a autoridade que o praticou, na esfera cível, por danos morais.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>41. Decorre do princípio da impessoalidade, ao qual está vinculada a Administração Pública, a</p> <p>(A) impossibilidade de responsabilização pessoal de servidor público por ato que corresponda ao exercício de sua função, em relação à qual tenha competência privativa.</p> <p>(B) vedação da identificação nominal da autoridade responsável pela decisão de processos administrativos disciplinares, sendo a decisão atribuída ao órgão público ao qual pertença a autoridade.</p> <p>(C) proibição de que constem da publicidade de atos, programas e campanhas de órgãos públicos, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.</p> <p>(D) impossibilidade de tratamento favorecido de pessoas, pelo critério de condições físicas, para fins de ingresso nas carreiras públicas.</p> <p>(E) negação do caráter <i>intuitu personae</i> dos contratos administrativos em geral.</p>	<p>44. A revogação de um ato administrativo de caráter normativo geral</p> <p>(A) não é possível.</p> <p>(B) só pode ser feita pela própria Administração, de ofício ou mediante a provocação de qualquer interessado.</p> <p>(C) só pode ser feita pelo Poder Judiciário, mediante a provocação de qualquer interessado.</p> <p>(D) só pode ser feita pelo Poder Judiciário, mediante a provocação da própria Administração.</p> <p>(E) pode ser feita pela própria Administração, de ofício ou mediante a provocação de qualquer interessado, ou pelo Poder Judiciário, mediante a provocação de qualquer interessado.</p> <p>45. Quando cabível, a licitação para a concessão de direito real de uso de bem imóvel pela Administração a particular, conforme regra estabelecida na Lei nº 8.666/93, deve ocorrer na modalidade</p> <p>(A) correspondente ao valor do bem cujo uso está sendo concedido.</p> <p>(B) convite.</p> <p>(C) concorrência.</p> <p>(D) tomada de preços.</p> <p>(E) pregão.</p>

<p>46. Configura hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) a necessidade de a União intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.</p> <p>(B) a aquisição, em periodicidade regular, de material de uso pessoal e administrativo pelas Forças Armadas.</p> <p>(C) a contratação de associação de portadores de deficiência física, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços para a Administração.</p> <p>(D) a contratação realizada por empresa pública com subsidiária sua, para prestação de serviços, independentemente do preço ou valor envolvidos.</p> <p>(E) a contratação de remanescente de obra, em consequência de rescisão contratual, atendida a ordem de classificação da licitação anterior e respeitada a oferta então realizada pela empresa a ser contratada.</p>	<p>49. A participação do Poder Público em um contrato que seja regido predominantemente por normas de direito privado é</p> <p>(A) vedada pela Lei nº 8.666/93, independentemente do ente da Administração envolvido.</p> <p>(B) permitida, independentemente do ente da Administração envolvido, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da Lei nº 8.666/93.</p> <p>(C) permitida desde que se trate de ente da Administração direta, não incidindo a Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) permitida desde que se trate de ente da Administração autárquica, não incidindo a Lei nº 8.666/93.</p> <p>(E) permitida desde que se trate de ente da Administração fundacional, não incidindo a Lei nº 8.666/93.</p>
<p>47. Determinado órgão da Administração Pública Federal, para aplicar o sistema de registro de preços, realiza seleção mediante tomada de preços, comunicando aos interessados a especificação completa dos bens a serem adquiridos, inclusive preferência por fabricante e marca, e informando que o registro terá validade de 2 anos. Nessa situação o órgão público</p> <p>(A) atendeu às exigências da Lei nº 8.666/93.</p> <p>(B) desrespeitou a Lei nº 8.666/93 apenas no tocante à modalidade de licitação empregada.</p> <p>(C) desrespeitou a Lei nº 8.666/93 apenas no tocante à descrição dos bens a serem adquiridos.</p> <p>(D) desrespeitou a Lei nº 8.666/93 apenas no tocante ao prazo de validade do registro.</p> <p>(E) desrespeitou a Lei nº 8.666/93 no tocante aos três aspectos mencionados.</p>	<p>50. Sabe-se que em certas hipóteses a Administração pode alterar unilateralmente um contrato administrativo, promovendo acréscimos ou supressões em seu objeto, dentro de determinado percentual em relação ao valor inicial atualizado do contrato. Nesse sentido, é possível</p> <p>(A) a supressão, no percentual de 50%, em um contrato de reforma de equipamento.</p> <p>(B) o acréscimo, no percentual de 30%, em um contrato de compra.</p> <p>(C) o acréscimo, no percentual de 45%, em um contrato de reforma de edifício.</p> <p>(D) a supressão, no percentual de 40%, em um contrato de obra.</p> <p>(E) a supressão, no percentual de 35%, em um contrato de serviço.</p>
<p>48. Em determinado processo de licitação, do tipo menor preço, sem fixação de preço máximo, para a contratação de serviços de engenharia, o valor orçado pela Administração foi de R\$ 109.000,00. Nesse processo, compareceram apenas as empresas A, B e C, que foram habilitadas e ofereceram propostas, respectivamente, no valor de R\$ 110.000,00; R\$ 90.000,00 e R\$ 50.000,00. Considerando os preços oferecidos e considerando que nenhuma das empresas licitantes possui situação que justifique composição de custos diversa da do mercado, a empresa que deve ser considerada vencedora é a</p> <p>(A) A, sendo as empresas B e C desclassificadas.</p> <p>(B) B, sendo as empresas A e C desclassificadas.</p> <p>(C) C, ficando a empresa B em segundo lugar e a empresa A em terceiro.</p> <p>(D) B, ficando a empresa A em segundo lugar e sendo a empresa C desclassificada.</p> <p>(E) C, ficando a empresa B em segundo lugar e sendo a empresa A desclassificada.</p>	<p>51. A rescisão unilateral, de pleno direito, do contrato administrativo pelo particular contratado, nos termos da Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) não é possível.</p> <p>(B) é possível no caso de atraso injustificado dos pagamentos pela Administração por mais de 90 dias.</p> <p>(C) é possível no caso de suspensão injustificada da execução do contrato, por mais de 120 dias, por ordem escrita da Administração.</p> <p>(D) é possível no caso de alteração unilateral do contrato, por parte da Administração, afetando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p> <p>(E) é possível no caso de não liberação, por parte da Administração, nos prazos contratuais, do local de execução de obra.</p>

<p>52. Determinado contrato administrativo foi prorrogado, sem que houvesse a correspondente autorização em lei, no próprio contrato e nem no edital da respectiva licitação. Sabe-se que tanto o agente público que deu causa à prorrogação, como o contratado que concorreu para a prorrogação e dela se beneficiou injustamente, tinham plena consciência das circunstâncias em que a prorrogação ocorreu. Nessa situação, a conduta do contratado configura</p> <p>(A) ilícito exclusivamente administrativo, gerando a incidência das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93.</p> <p>(B) crime, punível com detenção e multa.</p> <p>(C) mera irregularidade, sanável por decisão da autoridade administrativa superior.</p> <p>(D) ilícito exclusivamente administrativo, podendo ser dispensada a aplicação de sanções por decisão da autoridade administrativa superior.</p> <p>(E) mera irregularidade, acarretando a anulabilidade do contrato.</p>	<p>55. Uma sociedade de economia mista, prestadora de serviço público, por meio de um empregado seu que agiu com negligência ao desenvolver o serviço, causa danos a um terceiro. O terceiro pretende cobrar os prejuízos da sociedade; e esta pretende se ressarcir junto ao empregado. Nessa situação, a responsabilidade civil da sociedade e a do empregado são, respectivamente,</p> <p>(A) objetiva e objetiva.</p> <p>(B) subjetiva e subjetiva.</p> <p>(C) objetiva e subjetiva.</p> <p>(D) subjetiva e inexistente.</p> <p>(E) inexistente e subjetiva.</p>
<p>53. Determinada autoridade presencia a prática de um ilícito administrativo por um subordinado seu. Nesse caso, a aplicação da penalidade ao autor do ilícito</p> <p>(A) não depende de processo administrativo, incidindo a regra da "verdade sabida".</p> <p>(B) não depende de processo administrativo, incidindo o princípio da autotutela administrativa.</p> <p>(C) ainda assim depende de processo administrativo, no qual pode ser dispensada a manifestação do autor do ilícito, a critério da autoridade.</p> <p>(D) ainda assim depende de processo administrativo, no qual, porém, não será admitido recurso, incidindo a regra da "verdade sabida".</p> <p>(E) ainda assim depende de processo administrativo, no qual devem ser assegurados ao autor do ilícito o contraditório e a ampla defesa.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO FINANCEIRO</p> <p>56. Direito Financeiro pode ser entendido como o conjunto de normas que regula</p> <p>(A) o comportamento das pessoas de levar dinheiro aos cofres públicos.</p> <p>(B) a atividade financeira dos bancos privados e dos bancos públicos.</p> <p>(C) o comportamento das pessoas que atuam no sistema financeiro privado.</p> <p>(D) a atividade financeira do Estado em seus diferentes aspectos.</p> <p>(E) o comportamento das pessoas de levar dinheiro aos cofres privados.</p>
<p>54. A concessão de serviço público se dá por meio de</p> <p>(A) lei e opera a transferência da titularidade do serviço público do Poder Público para o concessionário.</p> <p>(B) ato administrativo unilateral e opera a transferência da titularidade do serviço público do Poder Público para o concessionário.</p> <p>(C) contrato e opera a transferência da titularidade do serviço público do Poder Público para o concessionário.</p> <p>(D) contrato e opera a transferência da execução do serviço público do Poder Público para o concessionário.</p> <p>(E) ato administrativo unilateral e opera a transferência da execução do serviço público do Poder Público para o concessionário.</p>	<p>57. Em Direito Financeiro, quanto à competência legislativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) as normas gerais suplementares dos Estados prevalecem sobre as normas gerais da União.</p> <p>(B) é vedado aos Municípios legislar sobre normas gerais e específicas.</p> <p>(C) a União poderá dispor sobre normas gerais e específicas às realidades dos Estados, na legislação concorrente.</p> <p>(D) a competência da União de dispor sobre normas gerais exclui a competência dos Estados de dispor sobre normas suplementares gerais, na legislação concorrente.</p> <p>(E) os Estados poderão exercer a competência legislativa plena para dispor sobre normas gerais para atender as suas peculiaridades, na ausência de lei federal.</p>

<p>58. Considere as seguintes afirmações em relação às normas de finanças públicas:</p> <p>I. As leis ordinárias constituem o instrumento válido para dispor sobre dívida pública externa e interna, incluindo a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.</p> <p>II. Não cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, sob pena de ofender os princípios federativo e de autonomia municipal.</p> <p>III. As despesas de capital devem compor a lei de diretrizes orçamentárias corroborando para as metas e para as prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro subsequente.</p> <p>IV. A lei orçamentária anual não compreenderá o orçamento fiscal das entidades públicas que compõem a Administração Pública Direta e Indireta.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II</p> <p>(B) III</p> <p>(C) I e II</p> <p>(D) II e III</p> <p>(E) III e IV</p>	<p>60. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal estão autorizados a</p> <p>(A) dar início a programas e projetos não incluídos na lei orçamentária anual.</p> <p>(B) transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.</p> <p>(C) abertura de crédito suplementar ou especial com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>(D) concessão ou utilização de créditos ilimitados.</p> <p>(E) realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.</p> <p>61. A respeito de receita pública é correto afirmar que as receitas</p> <p>(A) correntes são as provenientes de realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.</p> <p>(B) derivadas são as provenientes de receitas tributárias, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.</p> <p>(C) derivadas advêm da exploração, pelo Estado, da atividade econômica.</p> <p>(D) originárias caracterizam-se pelo constrangimento legal para sua arrecadação, como exemplo, os tributos.</p> <p>(E) podem ser compreendidas como todo o ingresso de recursos financeiros ao tesouro nacional, com ou sem contrapartida no passivo e independentemente de aumento de capital.</p>
<p>59. Sobre os princípios orçamentários, é correto afirmar que o princípio da</p> <p>(A) exclusividade prescreve que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.</p> <p>(B) programação dispõe que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Poder Executivo.</p> <p>(C) publicidade prescreve que o Poder Executivo deve publicar no final do exercício financeiro relatório resumido da execução orçamentária.</p> <p>(D) transparência orçamentária dispõe que o projeto de lei orçamentária deverá ser acompanhado de demonstrativo regionalizado das receitas e das despesas previstas, não incluindo, neste momento, as renúncias fiscais que poderão ocorrer.</p> <p>(E) anualidade supõe o período de tempo de um ano para a execução do orçamento, sendo que no Brasil esse período de um ano não coincide com o ano civil que vai de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro.</p>	<p>62. As despesas públicas são classificadas como despesas de</p> <p>(A) investimentos referentes a dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços.</p> <p>(B) custeio referentes a dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.</p> <p>(C) transferência de capital referentes a dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.</p> <p>(D) investimento referentes a dotações destinadas a constituição ou ao aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros.</p> <p>(E) custeio referentes a dotações para o planejamento e a execução de obras.</p> <p>63. Entende-se por empenho de despesa</p> <p>(A) a renúncia fiscal.</p> <p>(B) o ato administrativo que reconhece a isenção de determinado contribuinte.</p> <p>(C) o ato administrativo que anistia determinado contribuinte diante de infração tributária.</p> <p>(D) o ato administrativo que cria para o Estado obrigação de pagamento.</p> <p>(E) o ato administrativo que concede receita suplementar.</p>

<p>64. Os créditos adicionais classificam-se em</p> <p>(A) ordinários, os destinados a suplementar dotação orçamentária.</p> <p>(B) extraordinário, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.</p> <p>(C) suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.</p> <p>(D) excepcionais, os destinados a cobrir despesas não previstas na lei orçamentária.</p> <p>(E) especiais, os destinados a despesas urgentes decorrentes de calamidade pública ou de guerra.</p>	<p>68. Os Municípios só contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação se houver autorização</p> <p>(A) por ato interno do Poder Executivo.</p> <p>(B) do Tribunal de Contas.</p> <p>(C) na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual.</p> <p>(D) de lei nacional.</p> <p>(E) de lei federal.</p>
<p>65. A nulidade da inscrição em Dívida Ativa e do processo judicial de cobrança dela decorrente poderá ser sanada com a substituição da certidão nula até</p> <p>(A) a decisão de primeira instância.</p> <p>(B) o despacho do Juiz que determina a citação do devedor.</p> <p>(C) o trânsito em julgado da decisão.</p> <p>(D) a oposição dos embargos à execução fiscal.</p> <p>(E) a citação do devedor para o pagamento do débito.</p>	<p>69. A respeito do controle e da fiscalização da gestão fiscal é correto afirmar que</p> <p>(A) os Chefes do Poder Executivo prestarão contas exclusivamente em relação as suas próprias, não incluindo as contas de nenhum outro Poder, em obediência à separação dos Poderes.</p> <p>(B) os Chefes do Poder Executivo prestarão contas das suas próprias, bem como a dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público com parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.</p> <p>(C) o Tribunal de Contas não participa do controle da gestão fiscal a não ser quando provocado por processo administrativo que investigue irregularidades nas contas do Governo.</p> <p>(D) nenhum outro Poder tem a competência de fiscalizar as contas do Poder Judiciário.</p> <p>(E) os Chefes do Poder Executivo prestarão contas das suas próprias, bem como a dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público sem necessidade de parecer prévio do Tribunal de Contas.</p>
<p>66. A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez</p> <p>(A) absoluta e tem o efeito de prova pré-constituída.</p> <p>(B) absoluta que pode ser ilidida por prova inequívoca pelo sujeito passivo.</p> <p>(C) relativa e tem o efeito de prova a ser constituída.</p> <p>(D) relativa que não pode ser ilidida por prova inequívoca do sujeito passivo.</p> <p>(E) relativa e tem o efeito de prova pré-constituída.</p>	<p>70. Para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), entende-se por transferência voluntária a entrega de</p> <p>(A) recursos aos entes da Administração Pública Indireta no auxílio a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.</p> <p>(B) despesas correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.</p> <p>(C) recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que decorra de determinação constitucional.</p> <p>(D) recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.</p> <p>(E) recursos correntes ou de capital aos entes da Administração Pública Direta ou Indireta da própria Federação.</p>
<p>67. No que se refere a renúncia de receita compreendida na Lei de Responsabilidade Fiscal, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. A renúncia de receita compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, alteração de alíquotas ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos.</p> <p>II. A renúncia de receita por intermédio de ato de concessão de incentivo acompanhada de medidas de compensação não necessita a implementação destas para efetivar seus benefícios.</p> <p>III. As regras de renúncia de receita devem ser aplicadas inclusive para o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos da cobrança.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I</p> <p>(B) II</p> <p>(C) III</p> <p>(D) I e II</p> <p>(E) II e III</p>	

DIREITO TRIBUTÁRIO

71. A respeito da teoria geral dos tributos, é correto afirmar que
- (A) tributo é toda a prestação pecuniária facultativa, não oriunda de sanção de ato lícito, instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
 - (B) as espécies de tributos existentes em nosso Sistema Tributário são identificadas pelo fato gerador da respectiva obrigação tributária, pela denominação dada por lei e pelo destino legal do produto de sua arrecadação.
 - (C) os impostos extrafiscais são aqueles cujo produto de sua arrecadação está vinculado a fundo, órgão ou receita.
 - (D) as contribuições de melhoria podem ser cobradas antes do início de obra pública.
 - (E) a parafernália consiste na arrecadação de tributo por pessoa diversa daquela que detém a competência legislativa para instituí-lo.
72. O fenômeno do *bis in idem* é encontrado quando
- (A) o mesmo fato jurídico vem a ser tributado por duas ou mais pessoas físicas.
 - (B) dois ou mais fatos jurídicos são tributados por duas ou mais pessoas físicas.
 - (C) dois ou mais fatos jurídicos são tributados pela mesma pessoa física.
 - (D) o mesmo fato jurídico vem a ser tributado duas ou mais vezes pela mesma pessoa física.
 - (E) o fato jurídico vem a ser tributado por pessoa física de direito privado.
73. No tocante à teoria das normas do direito tributário, é correto afirmar que
- (A) os tributos devem ser instituídos por lei complementar.
 - (B) os Estados e os Municípios podem instituir empréstimo compulsório para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
 - (C) o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
 - (D) o imposto sobre serviço (ISS) de competência dos Municípios não pode ter suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar, por ofensa ao princípio da autonomia municipal.
 - (E) os tratados e as convenções internacionais não prevalecem sobre a legislação interna.
74. A isenção, a remissão e o parcelamento acarretam em relação ao crédito tributário, respectivamente, sua
- (A) extinção, exclusão, extinção.
 - (B) exclusão, suspensão, extinção.
 - (C) exclusão, extinção, suspensão.
 - (D) suspensão, extinção, extinção.
 - (E) extinção, exclusão, suspensão.

Instruções para responder às questões de números 75 e 76.

Em cada uma destas questões são apresentadas quatro afirmativas e para respondê-las use a chave abaixo:

- (A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

75. Da obrigação tributária e do fato gerador.

- I. A obrigação tributária é principal e acessória sendo que, pelo simples fato da sua inobservância, a obrigação acessória converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.
- II. A legislação tributária deve ser interpretada literalmente na hipótese de dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- III. A autoridade administrativa não pode desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
- IV. Na anistia ou na isenção, os contribuintes estão dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.

76. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária:

- I. O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência legislativa para instituir o tributo.
- II. A capacidade tributária passiva das pessoas naturais depende da sua capacidade civil, bem como de não estarem sujeitas a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais.
- III. O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da capacidade ativa para exigir o seu cumprimento.
- IV. Salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares não podem ser opostas ao Fisco para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

77. A respeito de isenção e imunidade é correto afirmar que a

- (A) imunidade é a hipótese de não incidência tributária prescrita por norma infraconstitucional.
- (B) isenção heterônoma é a hipótese de não incidência tributária outorgada por pessoa física diversa daquela que possui a competência legislativa para dispor sobre o tributo em questão.
- (C) imunidade recíproca extensiva é aquela que impede a tributação do patrimônio, da renda e dos serviços das empresas públicas e sociedade de economia mista vinculados a suas finalidades essenciais.
- (D) isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofender o princípio da uniformidade geográfica da tributação.
- (E) isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser modificada ou revogada por lei, a qualquer tempo, propiciando a exigência fiscal imediata do tributo no dia seguinte à publicação da lei que modificou ou revogou a isenção.

<p>78. No exercício da fiscalização, as autoridades administrativas federais, estaduais e municipais</p> <p>(A) não podem prestar-se mutuamente assistência para fiscalização dos tributos respectivos, mesmo que tal assistência venha ser prevista em lei ou em convênio, por obediência dos princípios do sigilo fiscal e da territorialidade.</p> <p>(B) podem permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização dos tributos, mesmo na ausência de tratados, acordos ou convênios.</p> <p>(C) não podem divulgar informações obtidas em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte, mesmo quando solicitadas pelo Poder Judiciário no interesse da justiça.</p> <p>(D) não se encontram impedidas de fornecerem informações relativas a representações fiscais para fins penais.</p> <p>(E) não podem divulgar informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL</p> <p>81. O dolo eventual é aquele em que o agente da infração</p> <p>(A) atua por interposta pessoa.</p> <p>(B) inconscientemente assume o risco de produzir o resultado.</p> <p>(C) conscientemente assume o risco de produzir o resultado.</p> <p>(D) atua fraudulentamente.</p> <p>(E) atua insidiosamente.</p> <hr/> <p>82. Segundo a teoria finalista, em sua versão hoje dominante, a classificação técnica e analítica mais rigorosa dos elementos subjetivos do crime dispõe que o</p> <p>(A) dolo integra o tipo e a culpa integra a culpabilidade.</p> <p>(B) dolo e a culpa integram o tipo.</p> <p>(C) dolo e a culpa integram a culpabilidade.</p> <p>(D) dolo integra a antijuridicidade e a culpa integra o tipo.</p> <p>(E) dolo e a culpa integram a antijuridicidade.</p>
<p>79. O prazo para a oposição dos embargos à execução fiscal será de</p> <p>(A) 30 dias contados da intimação da penhora.</p> <p>(B) 15 dias contados da apresentação do bem à penhora.</p> <p>(C) 10 dias contados da juntada do mandado de citação, nos autos do processo de execução, para pagamento ou para apresentação de penhora.</p> <p>(D) 10 dias contados do recebimento do mandado de citação para pagamento ou para apresentação de penhora.</p> <p>(E) 10 dias contados da juntada da prova de fiança bancária.</p>	<p>83. No direito brasileiro, crimes e contravenções são</p> <p>(A) infrações de ação penal pública ou privada.</p> <p>(B) voluntários ou involuntários.</p> <p>(C) consumados ou tentados.</p> <p>(D) apenados com até 30 anos de privação de liberdade.</p> <p>(E) infrações que ensejam a aplicação de medidas de segurança.</p> <hr/> <p>84. O chamado <i>furto famélico</i> constitui em tese exemplo de</p> <p>(A) estado de necessidade.</p> <p>(B) coação irresistível.</p> <p>(C) legítima defesa real.</p> <p>(D) legítima defesa putativa.</p> <p>(E) legítima defesa social.</p>
<p>80. Pertencem aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios</p> <p>(A) o produto de arrecadação de todos os tributos da União recolhidos por esses entes políticos, por suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.</p> <p>(B) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.</p> <p>(C) vinte por cento do produto da arrecadação das contribuições que a União pode instituir no exercício de sua competência residual.</p> <p>(D) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente no final do exercício.</p> <p>(E) apenas o produto de arrecadação dos tributos de sua competência tributária. Isto porque, não há tributo da União que incida sobre qualquer fato gerador tributado por esse ente político.</p>	<p>85. A prescrição penal</p> <p>(A) é apenas da pretensão punitiva.</p> <p>(B) é apenas da pretensão executória.</p> <p>(C) não ocorre nos crimes hediondos ou assemelhados.</p> <p>(D) pode não impedir futura reincidência.</p> <p>(E) não admite interrupção.</p> <hr/> <p>86. A ação penal pública condicionada é</p> <p>(A) privativa do ofendido.</p> <p>(B) dependente de representação ou requisição.</p> <p>(C) dependente de queixa subsidiária.</p> <p>(D) dependente de autorização ou formulação.</p> <p>(E) dependente de queixa.</p> <hr/> <p>87. A simples conduta de um funcionário público que solicita propina de um particular para não o multar caracteriza em tese</p> <p>(A) tentativa de corrupção ativa.</p> <p>(B) tentativa de corrupção passiva.</p> <p>(C) prevaricação.</p> <p>(D) corrupção passiva consumada.</p> <p>(E) concussão.</p>

<p>88. A concessão por lei, 60 dias antes do término de uma legislatura, de aumento de salário para certa categoria de funcionários públicos caracteriza</p> <p>(A) crime de responsabilidade fiscal para todos que ordenaram, autorizaram ou executaram o pagamento respectivo.</p> <p>(B) crime de responsabilidade fiscal, salvo para aqueles que agiram sob estrito cumprimento de dever legal.</p> <p>(C) crime de responsabilidade fiscal, salvo para aqueles que agiram sob o estado de necessidade.</p> <p>(D) crime de responsabilidade fiscal, salvo para aqueles que agiram sob obediência hierárquica.</p> <p>(E) conduta penalmente atípica.</p> <p>89. Determinado empregador não repassa ou não recolhe o valor de tributo ou contribuição que antes descontara ou cobrara de seus empregados, alegando que não o fizera por falta de condições financeiras, pois, caso contrário, teria que também despedir tais empregados. Essa alegação é de</p> <p>(A) estrito cumprimento de dever legal.</p> <p>(B) legítima defesa.</p> <p>(C) estado de necessidade ou inexigibilidade de conduta diversa.</p> <p>(D) exercício regular de direito.</p> <p>(E) erro sobre a ilicitude do fato.</p> <p>90. Após transportá-lo para o Uruguai, funcionário público ali vende, como se fosse seu, automóvel da Administração Pública de que tinha a posse em razão do cargo. Sua conduta caracteriza em tese</p> <p>(A) peculato-apropriação.</p> <p>(B) peculato-desvio.</p> <p>(C) peculato-furto.</p> <p>(D) facilitação de contrabando.</p> <p>(E) facilitação de descaminho.</p>	<p>93. Na responsabilidade civil subjetiva, o agente poderá ser compelido a indenizar a vítima, se o ato, embora não considerado ilícito, for praticado</p> <p>(A) em estado de necessidade.</p> <p>(B) em legítima defesa própria.</p> <p>(C) no exercício regular de um direito.</p> <p>(D) no cumprimento do estrito dever legal.</p> <p>(E) em legítima defesa de outrem.</p> <p>94. Ensina Orlando Gomes que "para justificar as exceções que a equidade impõe ao princípio da intangibilidade do conteúdo dos contratos, a doutrina, inicialmente, faz ressurgir antiga proposição do Direito canônico, a chamada cláusula <i>rebus sic stantibus</i> e, em seguida, adotou a construção teórica conhecida por teoria da imprevisão". Interpretando essa colocação do renomado jurista, conclui-se que</p> <p>(A) o Juiz só pode promover a revisão das cláusulas contratuais, se argüida a exceção do contrato não cumprido.</p> <p>(B) o princípio da autonomia da vontade não vigora atualmente, sendo que em qualquer situação o Juiz pode rever as cláusulas contratuais.</p> <p>(C) o princípio da intangibilidade veda a revisão dos contratos pelo Juiz, ressalvando-se, todavia, as hipóteses abarcadas pela teoria da imprevisão ou com fundamento na cláusula <i>rebus sic stantibus</i>.</p> <p>(D) a impossibilidade de revisão dos contratos pelo Juiz se funda no princípio da relatividade, só derogado pela teoria da imprevisão ou pela cláusula <i>rebus sic stantibus</i>.</p> <p>(E) não mais vigoram os princípios da autonomia da vontade e da força obrigatória dos contratos, que foram substituídos pelas regras da obrigação natural.</p> <p>95. Para responder esta questão considere a disposição legal abaixo e o fato descrito.</p> <p>Lei nº 6.766, de 19/12/1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências:</p> <p>"Art. 4º – Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:</p> <p>.....</p> <p>II. os lotes terão área mínima de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando a legislação estadual ou municipal determinar maiores exigências, ou quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes."</p> <p>José faleceu, deixando um único bem, consistente de terreno com 200 m² herdado por seus filhos Pedro e João.</p> <p>Considerando o disposto na regra legal transcrita, o terreno, inexistindo as exceções nela estabelecidas,</p> <p>(A) poderá sofrer divisão geodésica apenas depois de cinco (05) anos da morte de José.</p> <p>(B) permanecerá indivisível somente até o término do inventário de José.</p> <p>(C) deixará de ser indivisível com a morte de José, para atender ao direito dos herdeiros, no instante do óbito.</p> <p>(D) tornar-se-á divisível mediante escritura pública de divisão registrada no Serviço de Registro de Imóveis.</p> <p>(E) não poderá sofrer divisão geodésica, mas poderão os herdeiros tornarem-se condôminos.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p> <p>91. Já promovida a interdição, quando necessária, não corre prescrição contra</p> <p>(A) pródigos e menores de dezesseis anos.</p> <p>(B) surdos mudos que não puderem exprimir sua vontade e maiores de dezesseis mas menores de vinte e um anos.</p> <p>(C) menores absoluta ou relativamente incapazes.</p> <p>(D) menores de dezesseis anos e surdos mudos que não puderem exprimir sua vontade.</p> <p>(E) loucos e pródigos.</p> <p>92. A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica pelo Juiz importa</p> <p>(A) a anulação de seu ato constitutivo para que os sócios respondam pelas dívidas da sociedade.</p> <p>(B) atingir o patrimônio de seus sócios, quando agirem contrariamente à lei ou a seus estatutos, a fim de ressarcir os prejudicados.</p> <p>(C) suspensão de sua existência legal até a solução de todos os seus débitos.</p> <p>(D) a declaração de indisponibilidade dos bens dos sócios, enquanto não provada a legalidade de todos os seus atos por ocasião da extinção de uma sociedade.</p> <p>(E) o cancelamento do registro, ficando extinta a pessoa jurídica.</p>	

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

96. Relativamente às aposentadorias, reformas e pensões, é correto afirmar que compete aos Tribunais de Contas, na atual ordem constitucional, apreciar,

- (A) em caráter meramente opinativo, a legalidade das respectivas concessões, somente quando consultado pelos órgãos e entidades da Administração.
- (B) nas concessões de aposentadorias e pensões a servidores, a legalidade de tais atos para fins de registro e, nas reformas de militares, apreciá-las em caráter meramente opinativo, apenas quando consultado.
- (C) para fins de registro, a legalidade das respectivas concessões, ressalvados os casos em que o registro de tais atos já tenha sido ordenado diretamente pelo Chefe do Poder Executivo, *ad referendum* da Casa Legislativa.
- (D) para fins de registro, a legalidade das respectivas concessões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (E) para fins de registro, a legalidade das respectivas concessões, ressalvadas as originárias de invalidez ou morte decorrentes de acidente em serviço, por serem discricionárias.

97. Quanto aos princípios da seguridade social é correto afirmar que

- (A) a irredutibilidade do valor nominal dos benefícios, pode ser excepcionada nos casos de negociação coletiva com associações de aposentados ou de contenção das despesas líquidas para preservação do equilíbrio financeiro do regime.
- (B) a seletividade e distributividade das prestações é princípio que se dirige precipuamente ao legislador, impondo-lhe que, na conformação legal dos planos de benefícios e serviços, priorize as maiores necessidades sociais.
- (C) o caráter democrático da gestão administrativa é aplicável somente ao regime geral de previdência social, não, porém, aos regimes próprios, diante da posição de supremacia da Administração Pública em relação a seus servidores.
- (D) a Constituição da República não impõe a necessidade de uniformidade e equivalência entre benefícios e serviços que se destinem às populações urbanas e rurais.
- (E) a equidade na forma de participação no custeio exige que as contribuições patronais incidentes sobre a folha de pagamentos não possam exceder as contribuições dos próprios segurados.

98. Sobre o financiamento da seguridade social, é correto afirmar que

- (A) contará com recursos tributários arrecadados mediante contribuições de melhoria cobradas das empresas.
- (B) só podem ser instituídas novas fontes de custeio destinadas a garantir a manutenção ou expansão do sistema mediante emendas constitucionais.
- (C) contribuições sociais de seguridade social só podem ser exigidas após decorridos noventa dias da publicação da lei que as instituem ou modificam.
- (D) a contrapartida de custeio só é exigida para criação de novos benefícios de seguridade social, não, porém, para extensão e majoração de benefícios já existentes.
- (E) entidades beneficentes de assistência social não são imunes às contribuições de seguridade social, porque esta deve ser financiada por toda a sociedade.

99. Os regimes próprios de previdência social

- (A) não podem ser instituídos para cobertura de servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, cargo temporário ou de emprego público.
- (B) não têm que observar requisitos e critérios fixados pelo regime geral, podendo sempre conceder benefícios distintos dos previstos por este.
- (C) são instituídos em caráter obrigatório pela União e pelos Municípios e em caráter facultativo por Estados e Distrito Federal.
- (D) não têm, necessariamente, caráter contributivo, podendo ser custeados apenas por contribuições específicas da pessoa política instituidora.
- (E) havendo excedente, podem utilizar os recursos arrecadados com suas contribuições específicas para pagamento de despesas com educação e obras públicas.

100. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na

- (A) administração pública federal e na atividade privada, não prevalecendo este direito se o sujeito trabalhou na administração pública estadual ou municipal.
- (B) administração pública e na atividade privada, só sendo necessária a compensação financeira dos regimes próprios para o regime geral, mas não deste para aqueles.
- (C) administração pública e na atividade privada, hipótese em que o segurado interessado assume o dever de compensar financeiramente os diferentes regimes.
- (D) administração pública e na atividade privada, sendo desnecessária qualquer compensação financeira, entre regimes ou pelo interessado.
- (E) administração pública e na atividade privada, hipótese em que os diversos regimes se compensarão financeiramente na forma da lei.